

DERRISÃO: O PODER SABOTADOR DO RISO

Márcia Aparecida Campos Furtado
Doutoranda em Língua Portuguesa (UERJ)

RESUMO

Este artigo se constitui numa proposta de análise do funcionamento discursivo da derrisão no gênero anedotário político matogrossense. Nossa hipótese é que, neste gênero, ela se apresenta como um contra-argumento construído discursivamente, uma vez que o enunciador apresenta uma avaliação a respeito da enunciação, evidenciando que a derrisão não pode ser explicada fora da relação interdiscursiva que possibilita todo o dizer. Para amparar teoricamente este estudo, lançamos mão dos conceitos desenvolvidos no interior da análise do discurso de origem francesa, derivada de Michel Pêcheux, os conceitos de cena enunciativa de Dominique Maingueneau, o conceito de memória discursiva de Jean-Jacques Courtine, de derrisão de Simone Bonnafous, e de poder de Michel Foucault, vistos como elementos de constituição do sentido na instauração da derrisão.

PALAVRAS-CHAVE: análise do discurso, anedotário político, derrisão.

RÉSUMÉ

Cet article est une proposition pour l'analyse du fonctionnement discursif de la dérision dans les genre anecdotique politique matogrossense. Notre hypothèse est que la dérision, dans ce genre, se présente comme un contre-argument discursivement construit, une fois que l'énonciateur présente une évaluation concernant l'articulation, démontrant que la dérision ne peut pas être expliquée en dehors de la relation interdiscursif qui fait l'énonciation toute possible. Pour soutenir théoriquement cet étude, nous avons utilisé les concepts développés dans l'analyse de discours d'origine française dérivé de Michel Pêcheux, comme les concepts de scène énonciative de Dominique Maingueneau, dans le concept de la mémoire discursif de Jean-Jacques Courtine, de dérision de Simone Bonnafous, et du pouvoir de Michel Foucault, vu comme éléments de constitution dans l'instauration de la dérision dans les textes.

MOTS-CLÉS: analyse du discours, anecdotique politique, dérision.

Embora não seja sistematicamente estudada aqui no Brasil, a derrisão tem sido usada com frequência na conversação cotidiana e/ou nos discursos institucionalizados, como o discurso da mídia e o discurso político, para citar apenas alguns exemplos. Mas como se organiza esse efeito particular de discurso que atesta o fato de que o sentido é agressivo ao(s) outro(s)?

Para a análise da derrisão como um recurso discursivo de descaracterização do outro, buscamos sustentação nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de orientação francesa, com o objetivo de descrever o processo de produção e circulação da derrisão numa perspectiva outra que não a da retórica. Pretendemos mostrar a sua acontecência na determinação de elementos envolvidos na interpretação, como aqueles pertencentes à esfera das relações históricas que constituem os sujeitos participantes do processo de produção e circulação dos sentidos na linguagem: compartilhamento de valores sociais e culturais que delineiam o imaginário das comunidades discursivas, fundamentais para explicar a constituição dos sentidos.

As ideias apresentadas neste artigo fazem parte da minha dissertação de mestrado, que entre outros objetivos, procedeu à análise de textos veiculados no primeiro semestre do ano de 2004 no caderno Opinião, da coluna Em Tempo, do Jornal A Gazeta, periódico de grande circulação no Estado de Mato Grosso. Objetivamos evidenciar como o discurso midiático impresso mato-grossense, sob a ideologia da neutralidade, da imparcialidade e da objetividade, ao tornar público determinados acontecimentos políticos, configurando-os como fatos verídicos, por intermédio do uso do gênero anedótico, contribui para a sedimentação e a cristalização do preconceito linguístico existente em nossa sociedade, assim como de forma derrisória, fornece condições de enunciabilidade para a descaracterização do discurso político produzido em nossa sociedade.

Assumir uma análise da linguagem em seu funcionamento discursivo exige que se tome a língua na sua relação com o histórico, como parte do trabalho simbólico. Isso implica introduzir na análise da constituição do sentido a relação dos sujeitos com a língua na determinação das práticas sociais em cuja configuração os sentidos são constituídos pelo imaginário coletivo e pelas representações culturais que cercam essa relação, o que exige um deslocamento no escopo da investigação da análise dos fenômenos da língua para a análise das discursividades. Por isso, focalizaremos a derrisão como processo de interpretação, no jogo discursivo que se instaura entre os participantes do evento discursivo. Assim, tecemos as seguintes hipóteses: Primeiramente, os elementos que funcionam como indícios de interpretação da derrisão são da ordem da materialidade discursiva, por isso a derrisão deve

ser investigada na consideração da relação da linguagem com a história, o que justifica uma abordagem discursiva para explicar seu funcionamento. Depois, a análise da derrisão exige que se observem as relações que se estabelecem entre o enunciador e os destinatários, por isso os elementos pragmáticos que cercam a interlocução derrisória não podem ser desprezados.

Quando adotamos o discurso como escopo de investigação da derrisão, estamos concebendo que ela ocorre no espaço da interpretação e, para isso, mobiliza elementos que se manifestam na materialidade discursiva, fornecendo índices para a sua interpretação, mas que, às vezes, não são tão evidentes, ocorrendo como manifestação da memória discursiva que se apresenta de modo bastante sutil, materializada no nível do interdiscurso. É por essa complexidade na sua constituição que, muitas vezes, não é fácil identificar a derrisão. Devemos considerar, ainda, que o sentido derrisório atribuído a um discurso envolve o reconhecimento da atitude avaliadora do enunciador pelos destinatários, relacionada às determinações das comunidades discursivas, nas quais enunciador e destinatário se inscrevem. Assim, os sentidos são produzidos no interior de cada comunidade, considerando seus valores, o imaginário coletivo que configura o saber das diferentes comunidades discursivas existentes na sociedade e que nos possibilita dizer que aquilo que é tomado como derrisório por um grupo de destinatários pode não ser para outro grupo, o que sustenta a asserção de historicidade de sentido.

DERRISÃO: UMA VIOLÊNCIA POLITICAMENTE CORRETA?

A derrisão pode ser considerada um dos recursos enunciativos mais antigos advindos da época clássica, batizada pelos retóricos clássicos como “tropos zombeteiro”, estratégia retórica utilizada para desqualificar o opositor por meio da zombaria. Atualmente, “o tropos zombeteiro”, despido de seu caráter psicologizante, foi reelaborado, passando a ser concebido pelos teóricos do discurso como derrisão. Embora não seja uma estratégia linguística nova, como termo técnico ainda é pouco conhecida no Brasil.

Os estudos desenvolvidos pela estudiosa francesa Simone Bonnafous (2003) sobre a derrisão definem-na como uma linha tênue entre o humor e a ironia, ou a associação do cômico e da agressividade, que a caracteriza e a diferencia da pura injúria. Segundo a autora, o uso do recurso derrisório foi muito expressivo no discurso político e na imprensa política francesa do entre-guerras, especialmente na imprensa fascista e no discurso francês, que se alimentaram de zombarias, gracejos, trocadilhos e jogos de palavras irônicas. Nesse contexto, houve jogos discursivos que envolveram a invenção verbal e a composição, feitos por meio de sufixações pejorativas, terminações eruditas e paródicas, truncamentos e deformações.

Diferentemente da ironia que se apresenta “subvertendo a fronteira entre o que é assumido e o que não é pelo leitor” (MAINGUENEAU 1997, p.98), uma vez que o significado irônico acontece pela mobilização de uma complexidade de fatores discursivos responsáveis pela produção e recepção de sentidos, a derrisão se inscreve na materialidade linguística do que se diz, com o desígnio de desqualificar o destinatário. No entendimento de Baronas (2005, p.108), os efeitos do seu dizer são abrandados ora pelo efeito humorístico que provoca, ora pela mobilização de discursos já regularizados na sociedade. No caso dos textos que serão analisados, terá sempre implícito ou explícito um valor metadiscursivo, isto é, um uso e um comentário sutil para justificar esse uso.

A derrisão também não se reduz ao riso, como se faz parecer. O termo derrisão nos dicionários significa riso desprezante e desdenhoso, ou ainda, algo que é insignificante, negligenciável, ridículo, vão. Tornar ridículo, desprezar, sublinhar a insignificância são os traços associados à derrisão que permitem distingui-la das noções de riso cômico ou de humor. Além disso, a derrisão é um dos exemplos de manifestação da linguagem pelo qual podemos observar a fluidez do sentido, seu deslizamento. Assumir que, na língua, os sentidos não são transparentes, significa assumir que eles surgem na relação da língua com a história, que há condições sócio-históricas para a sua enunciabilidade.

Transformar algo em derrisão e em riso é um meio para liberar a agressividade contida, reprimida, inexprimível por outro modo. O riso é então, uma válvula de escape da agressividade, por meio do qual o indivíduo pode descarregar-se sem risco das próprias tensões agressivas, uma vez que a liberação da agressividade acontece de forma sutil, sem prejuízos imediatos.

DERRISÃO: TENSÃO ENTRE O LITERAL E O FIGURADO

A definição mais corrente e talvez mais tradicional toma o sentido literal como o sentido exato, denotativo de uma palavra. Por essa concepção, o sentido literal é aquele que a palavra tem independentemente de qualquer contexto. Se considerado o contexto, o sentido seria derivado. Orlandi (1986, p. 69) questiona a natureza do sentido literal assim definido e afirma que ele varia em diferentes autores. Uns enfatizam o fato de que é a unidade, o abstrato, o virtual, o sistemático, o discreto. Outros destacam mais seu caráter básico e inerente e acrescentam que ele é fluido e só se precisa no contexto. Assim, a derivação produz a precisão, uma vez que os sentidos é que são determinados. Desse modo, segundo Orlandi (1986), paradoxalmente, o sentido literal é um e está em todos os casos possíveis, também

paradoxalmente, o contexto é o que delimita e o que, no plural, é que multiplica, subtrai os limites do sentido. A pesquisadora propõe que:

A variação é inerente aos sentidos e não há, de antemão, um sentido do qual derivam outros; há tantos sentidos quantos forem os contextos de utilização, ou seja, quantos se efetivarem no mundo. (ORLANDI, 1986, p. 71).

A partir desse momento, a analista passa a refletir sobre a relação necessária entre o dizer e as condições de produção desse dizer. É nessa concepção que se fala na exterioridade como elemento constitutivo dos sentidos. Não mais um sentido definido na imanência do sistema, não mais explicado pela tensão entre o literal e o figurado, não mais um sentido que se verifica na relação do pensamento com a linguagem, na transparência dessa relação. Desde então, faz-se necessário buscar evidências na materialidade do discurso. Desfazer-se da evidência do sentido para buscá-lo na opacidade do dizer, na relação que mantém com o que, mesmo estando fora, lhe é constitutivo. Essa nova concepção da composição dos sentidos evoca para o interior das reflexões sobre o discurso a indispensável teorização sobre como acontece a relação da língua com a história na produção, circulação e interpretação dos sentidos.

Emana dessa questão a obrigação de se iniciar a explanação a partir do funcionamento discursivo, que envolverá outros conceitos como interdiscurso, cena enunciativa, memória e formação discursiva. A noção de interdiscurso relaciona-se à ideia de memória discursiva, pois é ela quem torna possível todo dizer. Já o interdiscurso inscreve a memória no fio do discurso e isso “afeta o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. (ORLANDI, 1999, p. 31).

Concebida por Foucault, num momento de investigação filosófica sobre as condições históricas e discursivas nas quais se constituem os sistemas de saber, e reformulada por Pêcheux, a noção de formação discursiva ocupa um lugar central na articulação entre língua e discurso. Foucault sugere o estabelecimento de “regras de formação”, que se apresentam como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. Segundo ele, são elas que possibilitam a determinação dos elementos que compõem os discursos e consubstanciam uma formação discursiva. Assim, define-a, como:

Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 1986, p. 71-8).

Concebida desse modo, a formação discursiva possibilita que o indivíduo seja sujeito de seu discurso, podendo, numa determinada conjuntura histórica, concordar ou não com o

sentido que deve dar às palavras e, sobretudo, falar de forma diferente usando a mesma língua. E, conquanto uma formação discursiva determine a seus falantes “o que deve ser dito”, buscando a homogeneidade discursiva, as marcas do pré-construído lhe garantem a heterogeneidade e a instabilidade, visto que os efeitos das contradições ideológicas de classe são recuperáveis em cada discurso.

Pêcheux desenvolveu o conceito de memória discursiva, que, segundo esse filósofo francês, é, sobretudo, inscrita em práticas simbólicas, de ordem social e histórica, não tendo, portanto, nenhuma associação psicológica:

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mas tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível no próprio legível. (PÊCHEUX, 1997, p. 52).

Assim, na produção de sentidos, é preciso entender a relação do interdiscurso com o intradiscurso, isto é, entre o dito e o que se irá dizer; de que maneira acontece essa relação. O interdiscurso representa o eixo vertical onde residem os já ditos, e no eixo horizontal – o intradiscurso seria então o eixo da formulação, ou seja, do que poderia ainda ser dito. Dessa forma, entende-se que todo dizer, na realidade, sustenta-se na confluência dos dois eixos, em que memória e formulação atual concorrem para a constituição dos sentidos.

Ao falar em elementos constitutivos do sentido, é relevante mencionar a cena enunciativa, pois toda enunciação ocorre em um espaço instituído, definido por um gênero de discurso, mas também sobre a dimensão construtiva do discurso que se coloca em cena. A cena enunciativa é, ao mesmo tempo, de onde vem o discurso e o que esse discurso engendra. Dá legitimidade ao discurso, ela é necessária para se contar uma história, fazer uma denúncia, apresentar propostas, etc. São elementos constitutivos da cena enunciativa, além da figura de um enunciador e a correlativa de um co-enunciador, uma cronografia (um momento) e uma topografia (um lugar), rudimentos necessários ao surgimento do discurso.

O GÊNERO ANEDOTÁRIO POLÍTICO MATO-GROSSENSE

Ao considerarmos a possibilidade de dar visibilidade, no sentido de gênero bakhtiniano, à existência do gênero anedotário político mato-grossense, levamos em consideração, além da propriedade de provocar o riso, várias regularidades, tais como o conteúdo temático, a construção composicional e o estilo verbal (BAKHTIN, 1997).

O que estamos considerando “gênero anedotário político”, nos limites do nosso estudo, está circunscrito ao espaço de circulação midiático em Mato Grosso e refere-se a textos mistos, porque neles se descreve um acontecimento, mas não se deixa de emitir uma opinião. Os assuntos são abordados de modo a provocar o riso nos leitores e, por meio dele, proteger o colunista de sofrer qualquer censura sobre o conteúdo controverso que apresenta. Inserindo-se na ordem do discurso polêmico, esse gênero distingue-se de outros que circulam na mídia, como o editorial, que traz uma marca autoral associada a uma assinatura.

Outra regularidade nos textos coletados é a contextualização histórica feita pelo escritor da coluna Em Tempo, que apresenta o seu protagonista, diz sua profissão, condição de escolaridade, situa o leitor da região geográfica (onde ocorreu o evento discursivo) e cronográfica (do momento), e tece comentários subjetivos sobre o enunciador. É justamente nos comentários que estão as pistas que permitem avaliar o sentido derrisório constituído nos textos.

A seguir, faremos duas análises, pretendendo evidenciar a presença do sentido derrisório, partindo dos comentários tecidos pelo enunciador citante para justificar os usos linguísticos dos protagonistas, ancorados substancialmente nas variedades linguísticas usadas pelos mesmos, que funcionam como ‘terrenos férteis’ para o afloramento do preconceito linguístico, através de mecanismos como a derrisão, nos deslizamentos do discurso político:

Em 82, o então sapateiro Cícero, conhecido por "Padim Ciço", resolveu disputar candidatura de vereador em Barra do Garças pelo PMDB.

Semialfabetizado, Padim Ciço (Padrinho Cícero), hoje com 65 anos, se tornou conhecido no município. Ele tinha um jeito engraçado de se manifestar em público. Os erros gramaticais, aliados às dificuldades de pronúncia, provocava ruído de comunicação. No primeiro discurso que fez em palanque, Padim Ciço acabou, sem querer, se indispondo com o ex-deputado estadual por dois mandatos José de Arimatéia, que estava no palanque, do seu lado. Empolgado, Padim Ciço afirmou:

- Meus amigos, cheguei na Barra do Galça (Garças) e joguei uma sumente (semente). Essa sumente (semente) germinou e daí nasceu uma grande alve (árvore). E essa alve (árvore) deu muitas frutas (frutas) e Zé de Arimatéia é uma dessas frutas (frutas).

Irritado com aquela história e achando que Padim Ciço (Padrinho Cícero) estava se referindo a ele de maneira pejorativa, Arimatéia tomou o microfone do candidato a vereador e emendou:

- Fruta é a puta que....!!!

07 de março de 2004, edição nº 4.557

Selecionamos esse texto, não só pelas marcas linguísticas que evidenciam a língua materna do enunciador citado, mas especialmente pela variedade empregada, mesmo na escrita monitorada do enunciador citante, que também utiliza uma variante não padrão, que se evidencia, por exemplo, na regência incorreta do verbo estar, que exige o uso da preposição “a” e não “de”, como escreve o colunista: “estava no palanque, do seu lado”, ao invés de “ao seu lado”.

Quanto ao discurso do enunciador citado, detectamos o lambdacismo, ou seja, troca do fonema <r> pelo <l>, nas palavras <galça> e <alve>, que sinaliza a consciência do enunciador citado em relação ao valor social da língua materna na sociedade, e sobre os julgamentos a que está submetida nos mercados linguísticos. Esse fenômeno, também chamado de hipercorreção, nada mais é do que a manifestação do desejo de se apropriar das formas linguísticas de maior valor no mercado de bens simbólicos. O falante, ao pronunciar alve<árvore, realizou um fenômeno que tem se mostrado uma tendência na língua portuguesa: a redução de palavras proparoxítonas a oxítonas. Há também os arcaísmos <frutas> e <sumente>. Na primeira palavra identificamos uma ditongação, fenômeno que pode ser considerado como resquício de língua antiga, ou seja, forma arcaica, que atualmente quase não se encontra nos usos da língua. Na segunda palavra, encontramos uma alteração do <e> para <u>, no início da primeira sílaba, caso bastante raro nos dias atuais, mas que é facilmente encontrado nos textos antigos. Santiago-Almeida (2005) afirma a ocorrência do fenômeno na palavra <sumana> na Baixada Cuiabana.

Discursivamente, pode-se dizer que há restrição ao discurso do vereador porque ele infringiu regras que definem as qualificações que devem possuir os indivíduos que falam publicamente, que devem ocupar determinadas posições e formular determinados tipos de enunciados. E o discurso político, assim como os de outras esferas sociais, não pode se dissociar dessa prática, que determina para os sujeitos falantes propriedades particulares e papéis preestabelecidos. Entre estes papéis, subentende o de um sujeito que faz uso da modalidade culta da língua. E, a mídia, para quem o único padrão de língua aceitável é o prescrito nas gramáticas normativas, vê na língua falada pelas pessoas, como faz questão de marcar o colunista por meio do termo “semi-alfabetizado”, uma infração grave. E, ao transcrever a fala do personagem do seu texto, o colunista faz questão de fazê-lo integralmente somente das particularidades que convém ao seu propósito, que é ridicularizar, expor a zombaria através do riso derrisório, o protagonista do acontecimento discursivo que

publica, deixando claro, que para ele, o enunciador citante, o conceito de idioma é norma culta escrita.

Por isso, ao trabalhar com textos midiáticos, não se deve menosprezar a interferência dos comentaristas na formação de opinião. Para Dumazedier (1966, p. 26), tais profissionais desempenham um papel altamente expressivo no que se refere à exploração da opinião pública, com propósitos de nutrição de expectativas sociais, pois além de servirem de intérpretes do objeto que serve de estímulo à participação social, “são naturalmente os elos de correntes diferentes de opiniões, podendo muitas vezes servir de orientação num rumo não muito legítimo” (p.26). Deste modo, contribuem decisivamente para formar as tendências de opinião pública ao divulgarem posições ou interpretações de fatos favoráveis ou desfavoráveis ao poder político vigente, ou a grupos de interesse que atuam na sociedade.

Do nosso ponto de vista, é o que faz o colunista do Jornal A Gazeta no Caderno de opiniões, coluna Em Tempo, que, ao tentar desqualificar o discurso que publica, levanta questões a respeito da língua, com análises sem qualquer base científica.

No texto que se segue, o sentido derrisório é construído a partir do uso inadequado dos pronomes de tratamento e possessivos. Na verdade, este uso revela uma consciência do enunciador com relação ao grau de formalidade exigido pela situação. Todavia, apesar dessa consciência, o falante demonstra não ter o domínio do uso, caindo na teia do imperdoável crítico da linguagem. Vejamos:

Dois vereadores marcaram época em Rondonópolis nas décadas de 1980 e 1990. Representante do Distrito da Vila Operária, Ananias Martins de Souza (PFL), que faleceu em 1995, exerceu quatro mandatos. O comerciante e pecuarista Pedro Lourenço da Draga (PMDB), foi vereador por cinco mandatos consecutivos. Semialfabetizados, ambos eram tidos na política como figuras cômicas. Em 1991, numa das sessões ordinárias da câmara municipal, Ananias discursava da tribuna, enquanto Pedro da Draga tentava interrompê-lo, insistentemente. Irritado com aquela situação, Ananias alertou o colega parlamentar:

- Quando minha excelência estiver falando, sua excelência cala a boca!

23 de janeiro de 2004, edição nº 4514

O texto em destaque vem ao encontro do pensamento de Foucault de que o falar é um poder do qual queremos nos apoderar: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar” (p.10), caso contrário, não haveria necessidade de se desenvolver mecanismos de controle e de vigilância. O sujeito fala para exercer o poder, tanto que o

enunciador não permitiu rebaixar-se do posto de “excelência”, uma vez que também era vereador e deveria ser reconhecido como tal.

Ao colunista, cabe o seguinte questionamento: em que ele se baseia para afirmar que o enunciador do discurso é semi-alfabetizado? Acreditamos que a maneira como as pessoas falam não pode ser tomada como parâmetro para medir seu grau de letramento. Mediante o exposto, entendemos que ao assinalar a condição de letramento do sujeito do discurso, o jornalista o faz com a intenção de desqualificá-lo, mas, por meio do riso provocado derrisoriamente, pode esquivar-se das possíveis responsabilidades, caso seja acusado por algum leitor de zombar do acontecimento discursivo citado em sua coluna. A derrisão aí se constrói por intermédio do conhecimento que se tem do valor social estabelecido historicamente sobre as variedades linguísticas, haja vista que os sentidos são construídos na relação que os discursos mantêm com outros circulantes na sociedade e que formam o imaginário social dos sujeitos envolvidos no processo discursivo, ou seja, há o reconhecimento de já-ditos, que possibilitam ao sujeito realizar um deslocamento de sentido, que deixa entrever neste gesto a presença de outro discurso, que é problematizado, deslocado e ressignificado.

Quanto ao veículo de comunicação no qual circulam estes textos - o jornal A Gazeta, assim como os outros suportes discursivos, orienta-se por meio de manuais, que prescrevem entre outras particularidades, que esse meio de comunicação tem por função mostrar a realidade diária de forma transparente, sem mediações, visando apenas informar e transmitir os fatos ao público. Entretanto, sabemos que não é o que acontece na prática, tendo em vista que a realidade dos acontecimentos é também construída a partir de determinadas condições de enunciabilidade, como por exemplo a forma como selecionam os eventos, organizando-os de modo a interpretar a realidade, a fazer uma leitura e apontar algumas conclusões. Estamos reconhecendo aqui as implicações das formas de produção, circulação e recepção desse veículo e, necessariamente, a inserção do leitor nessas formas, pois, na hipótese de os meios de comunicação não serem formadores de opinião, fornecem pelo menos “rotas de interpretação” (GREGOLIN, 2003).

Deste modo, entendemos que o colunista, ao nomear a fala de seus protagonistas como cômica, engraçada, com ruído de comunicação, está dando pistas para a interpretação derrisória, pois há, na sociedade, uma memória discursiva de efeito de sentido negativo para essas qualidades ou ações, que são menosprezados até no meio onde acontecem. Assim, o objetivo que podemos apreender é que o colunista, o enunciador, representante da sociedade letrada, ao enunciar em um meio de comunicação de ampla circulação, a exemplo dos textos

jornalísticos analisados, pretende apontar o comportamento inadequado de políticos no que concerne ao uso da língua materna. Nesse caso, de forma preconceituosa, demonstra que esses não são aptos a serem seus representantes, por não dominarem a variante padrão.

Quanto à análise da derrisão edificada sobre esta cena enunciativa, observamos o trabalho de autoria que organiza o texto, compondo a cena como ponto de partida para a interpretação do sentido derrisório. Esta assume, assim, uma das dimensões constitutivas do discurso, pois oferece elementos para sua interpretação ao mesmo tempo em que determina o lugar social dos enunciadores, bem como a formação discursiva destes, pois o articulista habilmente desenvolve o texto, colocando em cena um discurso outro, que ele de antemão problematiza, mas por meio de uma crítica sutil, tenta mascarar sua posição, como forma de manter um distanciamento em relação ao discurso que apresenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que o processo de constituição da derrisão instaura-se num diálogo entre discursos, marcando sua constituição interdiscursiva, bem como o reconhecimento de sua localização em um lugar sócio-ideológico de onde os sentidos são produzidos. Nesse trabalho interdiscursivo, produz-se o deslocamento de já-ditos, da memória que se ressignifica, possibilitando a produção/interpretação da derrisão.

Observamos que a derrisão apresenta-se sempre impregnada de um caráter de avaliação do enunciador citante em relação ao discurso que problematiza. Tal avaliação é consecutivamente realizada sob as condições sócio-históricas que configuram a formação discursiva na qual se insere o sujeito que escreve na coluna. O que nos permite essa avaliação é a forma como se constitui linguístico-discursivamente o tom que o enunciador citante imprime ao texto, e que pode ser observado na constituição da cena enunciativa que, em última instância, denuncia o tom derrisório com que ele organiza o discurso e fornece pistas sobre o lugar sócio-ideológico onde os sentidos são produzidos, apontando para sua formação discursiva. Dito de outra forma, a derrisão envolve tanto um procedimento discursivo do enunciador citante, que deseja que o sentido derrisório seja percebido, quanto das atribuições de sentido e avaliações do interpretador, ou seja: a derrisão aparece como um mecanismo no qual a produção dos sentidos ocorre no espaço entre o criador e seu interpretador. Nessa linha de raciocínio, o interpretador da derrisão também é agente, porque sem sua percepção das pistas fornecidas, a derrisão não aconteceria. Assim, a derrisão não pode ser garantida apenas pelo fato de alguém ter a intenção de fazê-la, mas porque as comunidades discursivas

dispõem de elementos histórico-sociais e de conhecimentos acerca do ritual enunciativo que funcionam no momento da interpretação.

Por fim, é notório que o riso é próprio do homem, sem dúvida, mas às vezes ele irrompe por lugares sérios, sob a capa do agente provocador pronto a sabotar. É o que podemos perceber nos textos em que a primeira leitura parece uma simples e inocente piada. Contudo, o discurso humorístico é acima de tudo crítico, principalmente no que tange ao humor político. Além disso, de acordo com Foucault (2004, p. 48), as coisas “murmuram um sentido que nossa linguagem precisa apenas fazer manifestar-se”.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Pontes, 1997.

BARONAS, Roberto Leiser. Derrisão: um caso de heterogeneidade dissimulada. Polifonia. Revista do Programa de Pós-Graduação em estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso – Ano 8. Cuiabá: editora Universitária, 2005, p. 99-111.

BONNAFOUS, S. Sobre o bom uso da derrisão em J.M. Le Pen. In: GREGOLIN, M.R.V.(Org.) A cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 35-48.

COURTINE, J.J. Os deslizamentos do espetáculo político. Tradução Roberto L. Baronas & Fábio C. Montanheiro. In: GREGOLIN, M.R.V.(Org.) A cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 21-34.

DUMAZEDIER, Joffre. De la Sociologia de la comunicacion Coletiva e la Sociologia del Desarrollo Cultural? Quito: Ediciones CIESPAL, 1966.

FOUCAULT, M. A arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. (1970). A ordem do discurso. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: 10 ed. Edições Loyola, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. (org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso. Tradução Freda Indursky. Campinas: editora da UNICAMP, 1997.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Análise do discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

_____. Destruição e construção do sentido: um estudo da ironia. In: Série Estudos, 12, p. 67-97. Uberaba: FIUBE, 1986.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo & Cox, Maria Inês Pagliarini (orgs.). Vozes cuiabanas: estudos linguísticos em Mato Grosso. Cuiabá: Cathedral Publicações, 2005.

Como citar este artigo:

FURTADO, Márcia Aparecida Campos. *Derrisão: o poder sabotador do riso*. **Palimpsesto**, Rio de Janeiro, n. 19, out – nov. 2014. pp 340-352. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num19/dossie/palimpsesto19dossie03.pdf>. Acesso em: *dd mmm. aaaa*. ISSN: 1809-3507